

## RESOLUÇÃO Nº255/2019

A Comissão Intergestores Bipartite, constituída por meio da Portaria nº. 185-P, de 24 de agosto de 1993.

Considerando o Pacto firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde, o Ministério da Saúde e o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS-ES, EM 06.02.2011, para a elaboração da nova Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 05, datada de 28 de setembro de 2017, que revogou a Portaria 1097/2006 em seu Inciso LXXXV e a de nº. 1.699, de 27 de julho de 2011, que foram as bases para elaboração da PPI vigente, que determinam que alterações periódicas físicas e/ou financeiras que repercutam em modificações nos Limites Financeiros da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sejam aprovadas pelas respectivas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e encaminhadas à Secretaria de Atenção à Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde e do Distrito Federal

Considerando a Instrução Normativa SESA/SSAROAS nº 01/2016, que tem o objetivo de aprimorar o processo de remanejamentos de procedimentos, agregados e internações entre municípios e/ou destes com a SESA, constante na Resolução CIB/SUS-ES nº 272 de 07.06.2013;

Considerando a necessidade de fortalecer a autonomia decisória das gestões municipais da saúde na aplicação dos recursos financeiros para as ações e serviços de saúde da Média Complexidade Ambulatorial.

Considerando análise da CT-CIB/SUS-ES e sugestão de homologação pela CIB/SUS-ES.

### RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar a municipalização dos recursos financeiros de origem federal do Grupo de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Bloco de Custeio das Ações e Serviços de Saúde e respectivas tecnologias, cujos “resíduos de programação” foram objeto de pactuação intergestores para execução na rede própria municipal ou regional, atualmente alocados para execução estadual na Pactuação Programa Integrada – PPI, município de **Cariacica**, conforme abaixo, de acordo com OFICIO/PMC/SEMUS - Nº 1381/2019 – SEMUS.

Gleikson Barbosa Dos Santos  
Subsecretário de Estado da  
Saúde para Assuntos de  
Regulação e Organização  
da Atenção à Saúde



**Art. 2º** - Homologar a municipalização dos recursos financeiros de origem federal do Grupo de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Bloco de Custeio das Ações e Serviços de Saúde e respectivas tecnologias, cujos “resíduos de programação” foram objeto de pactuação intergestores para execução na rede própria municipal ou regional, atualmente alocados para execução estadual na Pactuação Programa Integrada – PPI, do município de CARIACICA, de acordo com OF. PMC/SEMUS/GAB/Nº 1381/2019 e a Resolução nº 070/2019 da CIR Metropolitana, declarando que o município assumirá a gestão os procedimentos a seguir elencados, referente ao 1º BLOCO – Programação Residual da PPI:

0101010028 – Atividade Educativa/Orientação em Grupo na Atenção especializada  
0204010160 – Radiografia Oclusal  
0204010179 – Radiografia Panorâmica  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem 223151 – Médico Pneumologista  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem – 223155 – Médico Reumatologista  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem 223157 – Médico Urologista  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem – 223146 – Médico Ortopedista e Traumatologista  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem – 223147 – Médico Otorrinolaringologista  
0301010072 – Consulta Médica em Atenção Especializada – Subitem – 223131 – Médico Geriatra


**Parágrafo Único** – Os procedimentos relativos aos agregados dos exames de Análises Clínicas, serão objeto de estudos mais aprofundados que poderão ser municipalizados a partir do mês-competência março de 2020, uma vez que há no território municipal diversos serviços que estão atualmente sob gestão estadual, relativos à Terapia Renal Substitutiva.

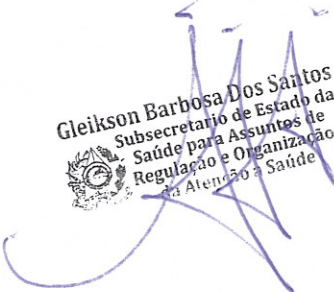
**Art. 3º** - Estabelecer que a gestão municipal destes recursos ocorra a partir do mês-competência Fevereiro de 2020 e, conseqüentemente autorizar à Secretaria de Estado da Saúde, por meio de seu órgão competente – o Núcleo Especial de Programação de Serviços de Saúde, que realize os remanejamentos dos procedimentos assistenciais em conformidade com os estudos realizados, apresentados e aprovados em CIR.

**Art. 4º** - Encaminhar à CIB/SUS-ES, para conhecimento e homologação.

**Art. 5º** - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do mês-competência **fevereiro de 2020**.

Vitória, 18 de dezembro de 2019.

  
**NESIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR**  
Presidente da CIB/SUS-ES  
Secretário de Estado da Saúde

  
Gleikson Barbosa Dos Santos  
Subsecretário de Estado da  
Saúde para Assuntos de  
Regulação e Organização  
da Atenção à Saúde